



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Mensagem da administração

O ano de 2024 representou um importante marco para a história de reconstrução da Americanas. Seguimos apoiados pelos nossos 50 milhões de clientes, assim como pelos nossos fornecedores, parceiros e acionistas, e absolutamente focados no propósito de ser um varejo de variedades resiliente e com alta reconecção para as famílias brasileiras. Assim, demos mais um passo na reconstrução da Companhia à sua posição de relevância e referência no varejo brasileiro. Conseguimos cumprir o compromisso de gerar resultados melhores trimestre a trimestre. Essa evolução pode ser constatada nos números de 2024, que aqui apresentamos, e que são oriundos de ações que tiveram como objetivo central a busca pela eficiência comercial, operacional e financeira, sem perder de vista a nossa razão de ser. O primeiro semestre registrou como destaque, mais uma vez, um evento de Páscoa histórico, com crescimento expressivo de vendas e volume, construído a partir de uma consistente parceria com a indústria e que reforçou nosso protagonismo no segmento de bomboniere. Ao longo desse período, ao mesmo tempo em que reorganizamos o sortimento, redeseenhávamos a logística e aprimoramos o atendimento em nossas lojas físicas. Também redimensionamos a presença no digital para que pudéssemos funcionar como um complemento à jornada de compra dos nossos clientes. Como produto dessas iniciativas, conquistamos reduções importantes de custo operacional, redescobrimos segmentos relevantes em nosso sortimento e possibilidades de maior regionalização que estão diretamente conectados com nossa vocação de atender às necessidades diárias dos brasileiros. A partir de julho, com a execução do Plano de Recuperação Judicial e o repertório de nossas operações, aceleramos nossa estratégia de negócio. A chegada de novas lideranças para as áreas de Gente e Gestão, Operações, Serviços Financeiros e Digital, com sólidas experiências de atuação no varejo, permitiu o fortalecimento da estratégia do físico, a transformação do digital com foco no novo e novo desenho para a *marketplace*, além da remodelagem do nosso ecossistema de fidelização e oferta de serviços financeiros. Realizamos uma *Black Friday* e um Natal que atingiram as expectativas e comprovaram a potência de nossa capilaridade de norte a sul em mais de 800 municípios do País. Temos consciência e reconhecemos, mais uma vez, que há mais passos a serem dados no caminho para alcançarmos a totalidade de nossa reconstrução e transformação. O ambiente macroeconômico no Brasil e no mundo é um desafio a mais de complexidade, mas o potencial da Americanas e sua proposta de valor, o comprometimento de nossos times e os resultados já obtidos nos dão a confiança de que estamos na direção correta.

Resumo Financeiro

O ano de 2024 foi marcado pela retomada do crescimento e melhora da rentabilidade do varejo físico e pelo redimensionamento dos esforços do digital. Adicionalmente, no período, iniciamos a estruturação da Plataforma de Clientes e Parceiros (PCP) com foco na jornada do cliente. Além disso, tivemos importantes reforços no time com a chegada de novos executivos e finalizamos etapas importantes do Plano de Recuperação Judicial, que levaram à reestruturação da dívida, uma estrutura de capital adequada e um patrimônio líquido positivo a partir do terceiro trimestre. No quarto trimestre de 2024, destacamos a performance positiva nos dois principais eventos, *Black Friday* e Natal, com crescimento de receita, número de transações e de itens vendidos, ticket médio e, ainda mais importante, expansão da margem comercial. Assim como no acumulado do ano, a Companhia apresentou no trimestre uma trajetória positiva das vendas no conceito "mesmas lojas" e da venda por metro quadrado, ambos com crescimento de duplo dígito. O SG&A manteve a tendência de que tanto nominalmente quanto como percentual da receita líquida, devido ao maior controle de despesas. Adicionalmente, a Companhia otimizou seus investimentos no ano, reduzindo o Capex em mais da metade na comparação com o ano de 2023. Além disso, o EBITDA ajustado evoluiu significativamente, demonstrando uma Companhia mais saudável operacionalmente. Conforme reportado no trimestre anterior, em setembro iniciamos o processo de tentativa de venda da Ame Digital (ainda em andamento), previsto no PRJ, e como parte do planejamento estratégico do grupo. Por esse motivo, as informações desse segmento passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas. Nas tabelas abaixo, apresentamos o resumo financeiro do 4T24 e 2024 com os respectivos comparativos com o ano anterior.

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado				Var. (%) 4T24 x 4T23	Var. (%) 2024 x 2023
	4T24	4T23	2024	2023		
GMV	6.521	6.678	21.380	22.517	-2,3%	-5,1%
GMV Físico	5.128	4.787	15.742	14.068	71%	11,9%
GMV Digital	652	1.231	3.078	6.026	-47,0%	-48,9%
GMV Outros	741	660	2.559	2.423	12,2%	5,8%
Receita Líquida	4.369	4.573	14.349	14.759	-4,5%	-2,8%
Lucro Bruto	1.299	1.460	4.635	4.197	-11,0%	10,4%
Margem Bruta %	29,7%	31,9%	32,3%	28,4%	-2,2 p.p.	+3,9 p.p.
SG&A ¹	(1.479)	(1.745)	(4.710)	(5.645)	-15,3%	-16,6%
SG&A (%RL)	-33,8%	-38,2%	-32,8%	-38,2%	-4,3 p.p.	-5,4 p.p.
Outras Receitas/Despesas Operacionais Liq.	(52)	(1.017)	1,75	(1.287)	-94,9%	-
EBITDA	(232)	(1.302)	1.660	(2.735)	-82,2%	-
Depreciação e amortização	(237)	(577)	(1.010)	(1.355)	-58,9%	-25,5%
Resultado Financeiro	(200)	(449)	12.319	(2.916)	-55,5%	-
Impostos	(10)	4.765	(4.717)	4.763	-97,7%	-
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	(27)	124	29	(29)	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(586)	2.561	8.281	(2.272)	-	-
Despesas da RJ e Investigações	78	275	260	545	-71,6%	-52,3%
Haircut dos Fornecedores	(27)	-	(938)	-	-	-
Impacto com o programa de autogestão	-	-	(286)	-	-	-
Impairment/ baixa de ativo	361	102	361	102	253,9%	253,9%
Revisão de estimativas de Contingências	-	(254)	-	(254)	-	-
Haircut stock option	-	-	(110)	-	-	-
EBITDA Ajustado	180	(1.179)	947	(2.342)	-	-
Pagamento de arrendamento	(238)	(263)	(989)	(1.078)	-9,5%	-8,3%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(58)	(1.442)	(41)	(3.420)	-96,0%	-98,8%

1 Sem efeito de depreciação e amortização.

GMV - No 4T24, o GMV Total da Americanas foi de R\$ 6,5 bilhões, uma redução de 2,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, ainda impactado pela queda de 47,0% no GMV digital. A queda ainda relevante no GMV do digital é explicada por uma forte venda de estoque crítico do 1P no 4T23, segmento praticamente descontinuado em 2024. Em contrapartida, o GMV do físico cresceu +7,1% no 4T24, e se tornou ainda mais relevante para o negócio, representando 78% do GMV Total (contra 72% no 4T23). Esse resultado se deve principalmente ao bom desempenho dos dois principais eventos do trimestre: a *Black Friday* e o Natal. O expressivo resultado do varejo físico foi alcançado apesar de ser uma base de comparação mais difícil com 4T23, período no qual a Companhia já começava sua recuperação operacional. No acumulado do ano, o GMV Total foi de R\$ 21,4 bilhões (+5,1% contra 2023). No período, o varejo físico também registrou crescimento de 11,9% e o digital caiu 48,9% em relação a 2023. A maturação de projetos já detalhados em trimestres anteriores, que visam o desenvolvimento das principais frentes comerciais, contribuíram para esse desempenho. **Vendas Mesmas Lojas (SSS)**. No quarto trimestre de 2024 as vendas brutas no conceito "mesmas lojas" cresceram 15,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do bom desempenho na *Black Friday* e Natal. Expurgando o efeito da decisão de não mais oferecer determinados itens de tickete mais alto, resultante da revisão de categorias prioritárias da Companhia, as vendas "mesmas lojas" tiveram crescimento no 4T24 aproximadamente 20,4%. Na *Black Friday*, crescemos duplo dígito em vendas no conceito "mesmas lojas" em número de transações e em quantidade de itens vendidos. Evoluímos o tickete médio em quase 10% mesmo diante da redução da oferta de produtos de valor mais alto. Alcançamos essa forte performance de vendas sem perder o foco na rentabilidade. As categorias com margens mais elevadas cresceram entre 20% e 30%, enquanto eletro caiu aproximadamente 20% comparado com a *Black Friday* de 2023, em linha com a estratégia de reduzir exposição a essa categoria. Para o Natal, ampliamos o sortimento com a chegada de itens importados. As lojas de maior metragem tiveram vitrines com decoração de Natal, que funcionaram como impulsionadores de vendas. As lojas também ofertaram, desde itens exclusivos para o evento, a brinquedos e outros artigos presentáveis, a preços atrativos para os nossos clientes. O resultado foi um crescimento de duplo dígito em vendas no conceito "mesmas lojas" em número de transações e itens vendidos. O tickete médio se manteve estável nesse evento, porém tivemos expansão da margem comercial. As vendas no conceito "mesmas lojas" cresceram 14,8% em 2024 comparadas com 2023. Expurgando o efeito da decisão de não mais vender determinados itens de tickete mais alto, as vendas "mesmas lojas" tiveram crescimento aproximadamente 19,8% no ano. O SSS dos 6M24 de 14,5% foi impulsionado por um evento de Páscoa bem executado. Na segunda metade de 2024, também performamos bem nos principais eventos, porém encontramos bases mais fortes de comparação com segunda metade de 2023, quando a Companhia já começava a se recuperar. O desempenho do ano foi marcado pelo mesmo movimento de crescimento do 4T: 20% em média nas categorias de maiores margens, e uma queda em vendas de quase 10% na categoria de eletro, seguindo uma decisão estratégica da Companhia de reduzir exposição a itens que contribuíam menos para nossa rentabilidade. Em algumas dessas categorias de maior margem chegamos a crescer cerca de 35%, e, em outras, dobramos o sortimento de itens oferecidos e o número de transações, refletindo o trabalho em parceria com os fornecedores no desenho de um planoograma de loja.

Neste trimestre, alteramos o critério usado para vendas "mesmas lojas", excluindo do cálculo a receita bruta relacionada a cancelamentos, devoluções e descontos.

Portfólio de lojas

Formatos	Quadro de lojas			
	2023		2024	
	# lojas	Área de vendas (mil m²)	# lojas	Área de vendas (mil m²)
Convencional	991	923	960	893
Express	687	258	627	238
Total	1.678	1.181	1.587	1.131

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhões de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.021	1.681	1.129
Títulos e valores mobiliários	7	21	1.608	21
Contas a receber de clientes	8	1.674	2.371	1.796
Contas a receber - partes relacionadas	12	267	277	-
Estoques	9	1.860	1.969	2.028
Impostos a recuperar	10	1.019	900	1.125
Imposto de renda e contribuição social	11	95	435	124
Despesas antecipadas		111	71	130
Outros ativos circulantes		327	568	622
Ativos mantidos para venda	30	581	-	502
Total do ativo circulante		6.976	9.880	7.078
NÃO CIRCULANTE				
Impostos a recuperar	10	3.056	3.048	3.048
Imposto de renda e contribuição social	11	298	208	298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	131	4.809	134
Depósitos judiciais	22	754	623	762
Contas a receber - partes relacionadas	12	53	-	-
Outros ativos não circulantes		9	6	10
Investimentos	13	623	2.371	30
Imobilizado	14	2.016	2.314	2.045
Intangível	15	531	890	743
Ativo de direito de uso	16	3.293	4.037	3.309
Total do ativo não circulante		10.764	18.306	10.387
TOTAL DO ATIVO		17.740	28.186	17.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhões de reais)

	Controladora e Consolidado						
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital		Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
			Plano de subscrição de ações				
Saldos em 1º de janeiro de 2023	15.430	1	147	(1.384)	(40.864)	(26.670)	
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	124	-	124	
Reversão da reserva do plano de opção de ações (nota 23)	-	-	(32)	-	-	(32)	
Varição cambial de investidas no exterior	-	-	(2)	-	-	(2)	
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-	-	-	2	-	2	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.272)	(2.272)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.430	1	115	(1.260)	(43.136)	(28.850)	
Reversão de capital (nota 23)	24.461	-	-	-	-	24.461	
Reversão da reserva do plano de opções de ações (nota 23)	-	-	(114)	-	-	(114)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)	-	-	-	(1)	
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-	-	-	(120)	-	(120)	
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa de controladas	-	-	-	1.302	-	1.302	
Varição cambial de investidas no exterior	-	-	-	11	-	11	
Lucro do exercício	-	-	-	-	8.281	8.281	
Absorção de prejuízos (nota 23)	-	-	(1)	-	1	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.891	-	(67)	(34.854)	4.970	4.970	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Em 2024, avançamos na otimização do nosso portfólio de lojas, com foco na busca por maior eficiência operacional, maior venda por metro quadrado e eficiência no custo de ocupação. Avaliando nosso quadro, ao longo do ano, encerramos as operações de 92 unidades que não atendiam aos critérios de viabilidade da Companhia, resultando em uma redução de 4,3% na área total de vendas. Esses encerramentos se deram em lojas que, mesmo após a implementação de diversas estratégias, não tinham perspectiva de reversão de resultados. Além disso, realizamos diversos testes com o objetivo de otimizar a metragem quadrada das nossas lojas e uma das conclusões é que um sortimento mais amplo em uma área menor em geral resultou em aumento de conversão. Com base nesses testes, iniciamos um programa de readequação de tamanhos em algumas unidades. Esses ajustes fazem parte de uma estratégia contínua de otimização inerente ao negócio. Paralelamente, já iniciamos a busca por novos pontos com maior potencial, reforçando nosso compromisso em manter a escala e fortalecer nossa presença no mercado. Como parte desse movimento estratégico, inauguramos uma nova unidade na cidade de Eusebio, na região metropolitana de Fortaleza. Essa abertura reforça a relevância da região Nordeste, alinhada à proposta de otimização, melhor organização e um fluxo mais eficiente nas lojas físicas.

Receta Líquida

Segmentos	Receta Líquida por segmento (R\$ MM)					
	4T24	4T23	2024	2023	Var. (%) 4T24 x 4T23	Var. (%) 2024 x 2023
Varejo (físico + digital) ¹	3.821	3.989	12.317	12.671	-4,2%	-2,8%
HNT	437	490	1.796	1.849	-10,8%	-2,9%
Uni.co	111	94	236	239	18,1%	-1,3%
Total	4.369	4.573	14.349	14.759	-4,5%	-2,8%

¹Inclui eliminações.

No 4T24, a receita líquida consolidada foi de R\$ 4,3 bilhões, uma queda de 4,5% em relação ao 4T23. O desempenho no trimestre se deve, principalmente, a maiores receitas oriundas do digital e das lojas de conveniências no 4T23 que, dentro da estratégia de reestruturação operacional da Americanas, perderam relevância em 2024. No acumulado do ano, a receita líquida consolidada foi de R\$ 14,3 bilhões, uma queda de 2,8% em relação a 2023. Para efeito de comparabilidade, excluindo a receita oriunda das lojas de conveniência do 4T23, que não mais existiam no 4T24, a receita do trimestre teria crescido 0,6% e no ano teria caído 2,5%. **Lucro Bruto**. No 4T24, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 1,3 bilhão, queda de 11,0% em relação ao 4T23, com margem bruta de 29,7% (-2,2 p.p. em comparação ao 4T23). No trimestre, o lucro bruto também teve sua comparabilidade impactada por resultados das lojas de conveniência, conforme explicado acima. Expurgando esses efeitos, o lucro bruto do trimestre cresceu 1,0% e a margem bruta expandiu 0,1 p.p. Em 2024, o lucro bruto foi de R\$ 4,6 bilhões crescendo 10,4% em relação a 2023, com margem de 32,3% (+3,9 p.p. em comparação a 2023). Excluindo os efeitos já mencionados, o lucro bruto cresceria 10,8% sem impacto relevante na margem bruta. Vale ressaltar que o lucro bruto do ano foi impactado positivamente por eventos operacionais extraordinários, como: eventos tributários de aproximadamente R\$ 190 milhões e a recuperação extemporânea de Verbo de Propaganda Cooperada (VPC) de aproximadamente R\$ 350 milhões. Analisando o desempenho apenas do varejo físico, a margem bruta cresceu 4,0 p.p. no 4T24 e 6,0 p.p. em 2024, quando comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, resultado da melhora no mix de categorias, aumento no sortimento e redução de ruína, dentre outras estratégias operacionais implementadas e que seguem em desenvolvimento. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas ("SG&A")**. As despesas com SG&A no 4T24, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1,5 bilhão, representando uma redução de 15,0% em relação ao mesmo período de 2023. Essas despesas corresponderam a 33,9% da receita líquida, o que representa uma redução de 4,1 p.p. em comparação com o 4T23. Esse desempenho é resultado da queda de 7,6% e 27,0% nas despesas com vendas e gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização), respectivamente. Em 2024, as despesas com SG&A somaram R\$ 4,7 bilhões, representando 32,8% da receita líquida, uma significativa redução de 5,4 p.p. em relação ao percentual registrado em 2023, refletindo as quedas de 10,5% e 30,3% nas despesas com vendas e gerais administrativas (excluindo depreciação e amortização), respectivamente. Ao longo do ano, reduzimos sequencialmente o SG&A como percentual da receita líquida de forma consistente. Esse resultado reflete os importantes avanços da Companhia na reestruturação de sua operação, com foco na redução de custos e no aumento da eficiência operacional. O processo de reestruturação da Americanas ainda está em curso e novas etapas com novos desafios de redução de despesas são constantemente avaliadas e implementadas. **Outras Receitas/Despesas Operacionais**. Em 2024, o valor de outras receitas/despesas operacionais foi de R\$ 1,7 bilhão positivo, com os eventos ocorrendo da seguinte forma ao longo do ano: No primeiro semestre, tivemos recitas contabilizadas na linha de outras receitas/despesas operacionais, sendo as principais: R\$ 805 milhões referentes à adesão dos credores fornecedores às opções de pagamento oferecidas no Plano de Recuperação Judicial, R\$ 110 milhões de *haircut* referentes ao programa de *stock option* e R\$ 286 milhões referentes à participação da Companhia no programa de autogestão. Houve também uma redução de R\$ 126 milhões referentes à Recuperação Judicial (RJ) e Investigações. No terceiro trimestre, as principais recitas contabilizadas foram: R\$ 502 milhões referentes à reversão de uma baixa contábil de créditos a compensar de ICMS e R\$ 106 milhões referentes ao *haircut* aplicado no pagamento de fornecedores. Além disso, contabilizamos uma despesa de R\$ 56 milhões relacionada aos custos dos processos de RJ e Investigações. No quarto trimestre, a linha de outras receitas/despesas operacionais totalizou R\$ 25 milhões negativos. O impacto negativo mais relevante foi o *impairment* da recuperabilidade do ágio na aquisição de algumas operações, em sua maior parte dos investimentos no Hortifrutif Natural da Terra, no montante de R\$ 361 milhões, além de R\$ 78 milhões relacionados aos custos dos processos de Recuperação Judicial e investigações. Os impactos positivos foram: i) R\$ 254 milhões referentes à redução no passivo contingencial decorrente, majoritariamente, de decisão judicial favorável atrelada ao tema DIFAL 87/2015, no Estado de São Paulo; ii) R\$ 87 milhões pela redução de despesas correspondentes às lojas fechadas no trimestre; iii) R\$ 28 milhões resultantes de *haircut* adicional de fornecedores; e iv) R\$ 18 milhões de outras receitas. **Reconciliação - EBITDA**. O EBITDA Ajustado do 4T24, apresentado a seguir, exclui as despesas relacionadas à RJ e Investigações e as receitas do *impairment* da recuperabilidade do ágio de algumas operações e do *haircut* complementar aplicado no pagamento a fornecedores. Esses ajustes resultaram em um impacto positivo de R\$ 412 milhões no trimestre, levando a um EBITDA Ajustado positivo de R\$ 180 milhões, melhora significativa em relação ao resultado negativo de R\$ 1,2 bilhão registrado no 4T23. No acumulado de 2024, o EBITDA Ajustado foi positivo em R\$ 947 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 2,3 bilhões em 2023. O detalhamento de cada ajuste do EBITDA pode ser verificado na seção de outras receitas/despesas operacionais. O resultado do EBITDA no 4T24 foi positivamente impactado pela redução no passivo contingencial atrelada ao tema DIFAL no valor de R\$ 254 milhões. O EBITDA do ano também foi positivamente impactado pela reversão de uma baixa contábil de créditos a compensar de ICMS no valor de R\$ 502 milhões, além dos impactos na margem bruta comentados anteriormente. O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16), que exclui os efeitos do IFRS 16 relacionados à aluguéis, totalizou R\$ 58 milhões negativos no 4T24, melhorando o resultado em relação aos R\$ 1,4 bilhão negativo do 4T23. Em 2024, o EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) foi negativo em R\$ 41 milhões contra R\$ 3,4 bilhões negativos em 2023.

Conciliação EBITDA R\$MM	Consolidado					
	4T24	4T23	2024	2023	Var. (%) 4T24 x 4T23	Var. (%) 2024 x 2023
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(586)	2.561	8.281	(2.272)	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício das operações descontinuadas	(27)	124	29	(29)	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício das operações contínuas	(559)	2.437	8.252	(2.243)	-	-
Impostos	110	4.765	(4.717)	4.763	-97,7%	-
Depreciação e amortização	(237)	(577)	(1.010)	(1.355)	-58,9%	-25,5%
Resultado Financeiro	(200)	(449)	12.319	(2.916)	-55,5%	-
EBITDA	(232)	(1.302)	1.660	(2.735)	-	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhões de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações continuadas					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		8.252	(2.243)	8.252	(2.243)
Ajuste ao resultado do exercício operações descontinuadas	30	29	(29)	29	(29)
Ajustes ao lucro líquido (Prejuízo) do exercício					
Depreciação e amortização		982	1.291	1.010	1.355
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	11	4.678	(4.815)	4.717	(4.762)
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de transação		(2.535)	4.353	(2.135)	3.354
Equivalência patrimonial	13	1.101	(743)	(2)	2
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	22	569	276	582	419
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	22	(655)	(369)	(688)	(603)
Ajuste a valor presente de obrigações		(261)		(496)	
Provisão (reversão) para impairment		310	(629)		(518)
Haircut		(13.119)		(13.119)	
Outros		(1438)	814	538	619
		(1087)	(2.094)	(946)	(2.406)
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		691	2.646	221	1.735
Estoques		399	2.005	419	2.035
Impostos a recuperar		625	722	611	593
Despesas antecipadas		(40)	(30)	(52)	(14)
Depósitos judiciais		(131)	(98)	(132)	(80)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		238	(650)	765	462
		1.782	4.695	1.832	4.731
Aumento(redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(1.901)	(782)	(1.911)	(902)
Salários, encargos e contribuições sociais		57	23	36	(1)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		(545)	184	(546)	172
Pagamento de contingências	22	(257)	(113)	(266)	(118)
Contas a receber/pagar com partes relacionadas		(43)	(583)	-	(2)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(644)	(358)	(889)	(1.199)
		(3.333)	(1.629)	(3.576)	(2.050)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(2)	(134)	(10)	(146)
Juros pagos sobre arrendamentos	16	(554)	(630)	(555)	(634)
Atividades operacionais – operações descontinuadas	30	-	-	(292)	272
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	7	1.587	652	1.711	1.655
Aquisição de imobilizado	14	(80)	(314)	(362)	(329)
Aquisição de intangível	15	(34)	(10)	(85)	(36)
Aumento de capital em controladas	3	(5)	(514)	-	-
Atividades de investimentos – operações descontinuadas	30	-	-	317	(260)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		3.502	1.503	3.502	1.803
Liquidações de empréstimos e financiamentos e debêntures		(2.179)	(1.823)	(2.207)	(2.814)
Risco Sacado		(1.310)	(2)	(1.310)	(2)
Pagamentos de passivo de arrendamento	16	(429)	(432)	(433)	(444)
Aumento de capital em dinheiro		1.066	(754)	1.033	(1.457)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento					
Redução de caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	6	1.681	2.413	1.758	2.479
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	6	1.021	1.681	1.129	1.758
Aumento de caixa e equivalentes de caixa – operações descontinuadas	30	-	-	25	12
Redução de caixa e equivalentes de caixa					
Transações que não envolvem caixa:					
Aumento de capital - Dividas com credores e acionistas controladores	23(a)	22.980	-	22.980	-
Compensação de ativos bloqueados com credores financeiros	1.1(b)	1.510	-	1.510	-
Dividas convertidas na 22ª emissão de debêntures	1.1(b)	(1.841)	-	(1.841)	-
Captação da 22ª emissão de debêntures	1.1(b)	1.867	-	1.867	-
Reestruturação da dívida - Partes Relacionadas		1.542	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	16.231	16.349	16.824	17.073
Outras receitas	2.211	(1.639)	2.321	(1.571)
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	365	(467)	363	(481)
	18.807	14.243	19.508	15.021
Insunhos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(11.875)	(11.444)	(12.264)	(11.980)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.381)	(2.837)	(2.329)	(2.739)
	(14.256)	(14.281)	(14.593)	(14.719)
Valor adicionado bruto	4.551	(38)	4.915	302
Perda e recuperação de valores ativos	(361)	629	(361)	519
Depreciação e amortização	(982)	(1.291)	(1.010)	(1.355)
Valor adicionado líquido produzido	3.208	(700)	3.544	(534)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.101)	743	2	(2)
Receitas financeiras	24.229	504	16.697	1.298
Valor adicionado total a distribuir	26.336	547	20.243	762
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.521	1.526	1.663	1.770
Benefícios	178	224	195	252
FGTS	123	117	138	140
	1.822	1.867	1.996	2.162
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.060	(4.870)	4.120	(4.770)
Estaduais	1.165	1.069	1.185	1.091
Municipais	91	104	97	118
	5.316	(3.697)	5.402	(3.561)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.743	4.458	4.378	4.214
Aluguéis	133	152	144	180
Outras	41	39	42	39
	10.917	4.649	4.564	4.433
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	8.252	(2.243)	8.252	(2.243)
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações descontinuadas	29	(29)	29	(29)
	8.281	(2.272)	8.281	(2.272)
Valor total adicionado distribuído	26.336	547	20.243	762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parqe, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-900. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo” ou “Grupo Americanas”) combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, Express, Hortifruti e Natural da Terra), franquias (Imaginarium e Puket) e publicidade (ads). A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 1.600 lojas e e-commerce, com mais de 45 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30 mil colaboradores por trás de toda a operação. A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo cuidado no planejamento de passos reativos para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial descrito a seguir. Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. (“Ame Digital”). Adicionalmente, um contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A. foi assinado, pelo monte de R\$ 34 cujo recebimento está condicionado a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ainda sem prazo estipulado para tal aprovação. Em razão desta nova estratégia, os serviços de conta de pagamento, credenciadora e participante indireta de PIX, não serão mais oferecidos pela Ame Digital e Parati, que também deixa de ser uma plataforma autônoma de produtos e serviços financeiros. Essas controladas estão sendo apresentadas como ativo mantido para venda e operação descontinuada. Maiores detalhes sobre os fatos narrados no **Plano de Recuperação Judicial**. Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no **Fato Relevante** de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.A.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.A.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Intopracas Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperadoras” ou “Grupo Americanas”), ajustaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento no arts. 189 e 8º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente. A Companhia almejou, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos. Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração (“Conselho”) aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005. Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ (“PSA”) com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% a porcentagem de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores. Após extensas negociações entre a Companhia, seus atuais acionistas de referência (e atuais controladores) e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 (AGC), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia arcitou que o PRJ aprovado atendeu aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representou um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas. Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial. Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado. Adicionalmente, a Companhia foi bloqueada para qualquer tipo de novas ações de capitalização de novos créditos. O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê: (i) a prospeção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital (“Aumento de Capital Reestruturação”), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir: a. Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência (atuais acionistas controladores) e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extracurricular na modalidade *debt-in-trust*; b. Valor de R\$ 4 bilhões para a realização do aumento de capital, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024; e c. Valor de até R\$ 12 bilhões por meio de capitalização de créditos devedores contra a Companhia por parte dos credores, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024. Destaca-se que foi assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação; (ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir: a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV); na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor; b. Credores Quirografários (Classe III); (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil; Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 113 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024; (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil; Os Credores com créditos em Real liquidados em março de 2024, os quais foram integralizados em 25 de julho de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil; (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil; (vi) Lição Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optaram por receber a integral ou parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas realizaram o valor anterior de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Lição Reverso. No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Lição Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Lição Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Lição Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024; (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Lição Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em janeiro de 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano; (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 113 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Lição Reverso, mediante a entrega de pacote composto por: (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 4.1.3 do PRJ; (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que foram emitidas em 16 de setembro de 2024; (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recomprou Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024; (iv) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadraram nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de janeiro de 2044, nos termos do Plano; (ix) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Lição Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e (x) Credores Stock Options. Os Credores Stock Options, mesmo que sejam

titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor Stock Options para a Companhia das informações de pagamento. Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPis ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas (“Ativos Relevantes”) inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPis definidas no PRJ: HNT, Uni.co e Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPis definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II. A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de julho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnacões de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários. Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores. Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores. Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ. Em 25 de janeiro de 2024, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”). As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site <https://americas.recovery-judicial/chapter-15/>. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomou as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*, o que efetivamente ocorreu por meio de decisão proferida no dia 22 de julho de 2024, contra a qual não foram interpostos recursos. Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024. Por meio das deliberações foram aprovadas: (a) a substituição de garantia fiduciária/corporativa outorgada pelas Recuperandas B2W e JSM sediadas em Luxemburgo em relação às Debêntures Americanas por garantia de alienação fiduciária sobre as ações da Uni.Co. A alteração beneficia os titulares dos Créditos Quirografários Opção II, na medida em que lhes ofereceu uma garantia de maior hidrde e reforça o compromisso do Grupo Americanas em honrar as obrigações assumidas no Plano e destinar os ativos integrantes do Ativo Uni.co, ao pagamento das Debêntures Americanas; (b) a emissão de Debêntures Americanas Privadas para reestruturação e pagamento de parcela do Saldo dos Créditos Quirografários Opção II – Pós Lição Reverso, as quais foram utilizadas pelos seus titulares para integralização das Debêntures Americanas, posteriormente emitidas. A previsão de emissão de Debêntures Americanas Privadas era necessária em razão de determinadas exigências legais aplicáveis à emissão de debêntures públicas que poderiam impactar o cronograma de emissão das Debêntures Americanas previstas no Plano; (c) em atendimento a uma preocupação dos Credores Quirografários Opção II, foi aprovado o bloqueio da compra e venda de Novas Ações Capitalização de Créditos, as quais não estão abrangidas pelo Acordo de *Lock-Up* Credores previsto na Cláusula 6.2.6.2 do Plano, pelo prazo de 20 dias contados da Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II. Em razão dessa previsão, os Credores Quirografários Opção II ficaram impedidos de negociar, alienar, ceder, transferir, alugar ou de qualquer forma dispor de sua parcela de Novas Ações Capitalização de Créditos não abrangidas pelo Acordo de *Lock-Up* Credores pelo prazo de 20 dias contados da Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II; (d) a extensão de prazo, de 12 para 24 meses, para constituição da SPE HNT, cujas ações serão outorgadas em alienação fiduciária para garantia do pagamento das Debêntures Americanas, caso, no mesmo prazo, não tenha havido a alienação da UPI HNT; (e) a possibilidade de segregação os ativos integrantes das Ações HNT, Uni.co, AME e Digital em mais de uma UPI; (f) a possibilidade de alienação de ativos no curso normal dos negócios e de pontos comerciais das lojas HNT, inclusive sob a forma de UPi, com a destinação do produto da venda do Cash Sweep para os fins do PRJ; (g) a extensão do prazo de pagamento dos Créditos *Intercompany* devedores por Partes Relacionadas ao Grupo Americanas para 2059 (em não em 2044, como previsto no PRJ), com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95% (e não 80%, como previsto no Plano), desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; (h) **Aumento de Capital**. Em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do Plano, em 25 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital da Companhia, no montante total de R\$ 24.610 milhões, mediante a emissão de 18.915.921.100 novas ações ordinárias (“Novas Ações”), ao preço de emissão de R\$ 1,30 por ação. Como vantagem adicional às Novas Ações subscritas, foi emitido um total de 6.271.972.262 bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações (“Bônus de Subscrição”), na proporção de 1 (um) bônus de subscrição para cada grupo de 3 (três) Novas Ações subscritas. Posteriormente, em 26 de agosto de 2024, foi efetivado o grupamento das ações e bônus de subscrição da Companhia, na proporção de 100 para 1; (b) **Reestruturação das dívidas**. Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024. Em 26 de julho de 2024, a Companhia, concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II. Isso incluiu a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. As novas ações e debêntures já foram creditadas e estão disponíveis para visualização na B3 e na conta de custódia dos credores. A data é considerada como Data de Fechamento da Opção de Reestruturação II, conforme o plano de recuperação judicial aprovado. Abaixo a síntese dos efeitos da reestruturação da dívida com os credores financeiros:</

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

continuação

climáticas. As entidades devem fornecer informações detalhadas sobre processos de governança, estratégias de gestão e desempenho em relação a esses riscos e oportunidades e metas climáticas, respectivamente. A Administração ainda não avaliou o impacto dessas normas, que serão adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2026, quando da sua entrada em vigor.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais às respectivas resultados reais. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio e outros ativos não financeiros de acordo com as políticas contábeis apresentadas na nota 2. Para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) de varejo físico, varejo digital, varejo premium e fresh-foods, os ágios e outros ativos não financeiros foram avaliados para impairment utilizando a base em projeções de resultados futuros de cada UGC, conforme apresentado na nota 14 e 15(A). Adicionalmente, os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) das controladas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. **(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos.** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido atual que poderá ser reconhecido e considerando o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração, conforme nota 11 (c). **(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário.** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de aprovação da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo, conforme nota 16 (c). **(d) Valor justo de instrumentos financeiros sem cotação em mercados ativos.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante a uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise de taxa descontada para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5). **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo. (a) Avaliação do modelo de negócios de ativos financeiros.** A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de "apenas pagamentos de principal e juros" e do teste do modelo de negócios. O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma e o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos avaliam e revisam as informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar os fluxos em seus ativos. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da provisão e é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, conforme nota 8. **(c) Perdas estimadas nos estoques.** A provisão para perdas nos estoques é calculada com base nas perdas estimadas, baseada no histórico da Companhia, para perdas entre a data do último inventário físico até o final do exercício, bem como na venda esperada de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. A provisão para itens com venda esperada abaixo do preço de aquisição é estimada com base no valor realizável líquido das mercadorias. Caso a mercadoria esteja registrada por um valor maior que o respectivo preço de venda, é realizada a provisão na proporção da margem negativa de cada produto. O saldo dos estoques é apresentado líquido desta provisão, conforme nota 9. **(d) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível.** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia as mudanças no cenário econômico e ou no mercado consumidor que possam requerer a revisão das estimativas de vida útil (notas 14 e 15). **(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Os testes de impairment são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrer mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor. **(f) Ativos e passivos contingentes.** O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas, civis e imobiliários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, trabalhistas, civis e imobiliárias cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios (nota 22). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em fatos e circunstâncias que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício. **(g) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - IFRIC 23 (ICPC 22).** Como se refere a tratamento fiscal incerto, e previsto no IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

4.1 Fatores de riscos financeiros: No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo detinha operações de swaps, as quais foram descontinuadas no exercício de 2023, para minimizar sua exposição a esses riscos. Tais riscos são constantemente monitorados pela diretoria. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para a proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitirem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias. **(a) Riscos de Mercado:** (i) **Risco cambial:** No exercício de 2024 a Companhia emitiu debêntures para atender a necessidade de caixa dos eventos de liquidação previstos no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries e em reais, no entanto, a leticeira emissão possui atualização vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial. O Grupo se utilizava de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante as captações de recursos em moedas estrangeiras. Com a cauleira emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de swaps em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que foram liquidados no exercício de 2024, de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial. **Análise de sensibilidade:** A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual de US\$ em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2024	Efeito no resultado		
	Moeda estrangeira	Cenário I (+25%) ⁽ⁱ⁾	Cenário II (+50%) ⁽ⁱ⁾	Cenário III (+50%) ⁽ⁱ⁾
USD				
Debêntures.....	(30)	(181)	3	(86)
Impacto no resultado.....			3	(86)
Premissas adotadas:				
USD	31/12/2024	Provável (i)	+25%	+50%
	6,05	5,96	7,45	8,94

(i) Taxa anual estimada do dólar em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco da taxa de juros: O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerar as operações de caixa, bem como para garantir os seus investimentos e crescimento. Para contemplar a necessidade de caixa para liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI. A Companhia descontinuou todas as operações de swap, e liquidou demais obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e risco scaduto, passando a ficar com as suas dívidas atreladas ao CDI. **Análise de sensibilidade:** A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2024	Cenário I (+25%) (i)	Cenário II (+50%) (i)	Cenário III (+50%) (i)
Equivalentes de caixa.....	874	13	42	71
Títulos e valores mobiliários.....	21	-	1	2
Empréstimos e financiamentos.....	(66)	(1)	(3)	(5)
CDI Debêntures.....	(1.535)	(23)	(74)	(124)
Impacto no resultado.....			(34)	(56)
Premissas adotadas:				
CDI	31/12/2024	Provável (i)	+25%	+50%
	11,65	13,15	16,44	19,73

(i) Taxa anual estimada de juros em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, descontinuados no exercício de 2023, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de rating e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis. **(c) Risco de liquidez:** A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores.....	2.190	33	233	75	2.531
Risco Sacado.....	49	-	-	-	49
Empréstimos e financiamentos.....	49	-	-	-	66
Debêntures.....	-	-	1.716	-	1.716
Arrendamentos a pagar.....	451	429	1.043	2.263	4.186
Opção 1 e default (i).....	-	-	-	13	13

(i) O saldo das dívidas decorrentes do Plano de Recuperação Judicial não foi considerado na análise de sensibilidade, uma vez que as taxas já foram definidas no plano. **4.2 Gestão de Capital:** O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais stakeholders. O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida líquida/EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos identificados que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

	Controladora		Consolidado	
	Hierarquia	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Ativos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Contas a receber de clientes.....	Nível 2	1.674	2.371	1.796
Contas a receber - partes relacionadas.....	Nível 2	320	277	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa.....	Nível 2	795	1.454	874
Títulos e valores mobiliários.....	Nível 2	21	1.608	21
Passivos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores.....	Nível 2	2.451	5.756	2.531
Risco sacado.....	Nível 2	49	15.908	49
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	Nível 2	1.716	23.821	1.782
Contas a pagar - partes relacionadas.....	Nível 2	276	1.153	-
Arrendamentos a pagar.....	Nível 2	4.168	4.915	4.186
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Combinação de negócios - contas a pagar.....	Nível 2	-	30	-
Combinação de negócios - opção de compra.....	Nível 3	-	107	-

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos.....	226	227	255	304
Certificados de Depósito Bancário – CDBs (i).....	795	1.169	874	1.169
Letras Financeiras (ii).....	-	285	-	285
	1.021	1.681	1.129	1.758

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado. (ii) Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023. Letras Financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i).....	20	55	20	351
Letras Financeiras (ii).....	-	1.516	-	1.821
Cotas FIDC e Fundos de renda fixa.....	1	37	1	73
	21	1.608	21	2.245

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante. (ii) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos apresentados referem-se, na controladora, a blocos realizados pelos bancos BTG e Votorantim, conforme Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em 19 de dezembro de 2023, no consolidado, os saldos referem-se a Letras Financeiras do Tesouro, controladas por subsidiárias, remuneradas a 116% do CDI.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cartões de crédito (i).....	1.586	1.731	1.594	1.972
Carteira digital.....	1	455	-	-
Fundo de Investimento – FIDC.....	-	-	-	68
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento.....	38	119	38	169
Demais contas a receber.....	59	92	186	214
	1.684	2.397	1.818	2.423
Provisão de perda de crédito estimada.....	(10)	(26)	(22)	(43)
	1.674	2.371	1.796	2.380

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito. O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer.....	1.676	2.353	1.795	2.356
Vencidos:				
até a 60 dias.....	5	7	8	13
61 a 120 dias.....	-	5	-	5
121 a 180 dias.....	3	6	15	43
mais de 180 dias.....	-	26	-	6
	1.684	2.397	1.818	2.423

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	(26)	(19)	(43)	(22)
Adições.....	(1)	(26)	(4)	(46)
Reversões.....	17	19	19	25
Reclassificação para mantido para venda.....	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro.....	(10)	(26)	(22)	(43)

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda.....	2.214	2.577	2.253	2.636
Suprimentos e embalagens.....	38	60	38	60
Mercadoria de terceiros.....	12	26	12	26
Provisão para perdas na realização dos estoques (i).....	(1.604)	(694)	(404)	(694)
	1.860	1.969	1.899	2.028

(i) As provisões para perdas nos estoques são compostas por: (a) provisão para realização dos estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda; (b) provisão para obsolescência; e (c) provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição. A movimentação das provisões para perdas no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	(694)	(1.057)	(694)	(1.057)
Adições.....	(299)	(391)	(299)	(391)
Reversões.....	589	754	589	754
Saldo final em 31 de dezembro.....	(404)	(694)	(404)	(694)

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	2.133	1.591	2.148	1.605
PIS e COFINS.....	1.928	2.259	2.018	2.441
Outros.....	14	98	15	151
	4.075	3.948	4.181	4.197

Parcela do circulante..... 1.019 900 1.125 1.149
Parcela do não circulante..... 3.056 3.048 3.056 3.048

O montante de impostos a recuperar, registrados nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A realizar:				
2024.....	-	900	-	1.149
2025.....	1.019	999	1.125	999
2026.....	945	471	945	471
2027 em diante.....	2.111	1.578	2.111	1.578
	4.075	3.948	4.181	4.197

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12			

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

continuação

	Saldos em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão de perdas	Acervo líquido adquirido/cindido	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldos em 31/12/2023
Ame Holding	837	(18)	513	-	-	-	(41)	-	1.291
JSM Global	-	-	-	-	-	280	-	-	280
B2W Lux	-	-	-	-	-	169	-	-	169
Unico S.A.	159	39	-	-	-	-	-	-	198
ST Importações	102	6	-	-	-	-	-	-	108
Submarino Finance	85	6	-	-	-	-	-	-	91
Louise Holdings	78	-	-	(6)	-	-	-	-	72
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	38	-	-	-	38
Americanas Local S.A.	583	(170)	-	-	-	(384)	-	-	29
BWU Comércio e Entretenimento	45	(23)	-	-	-	-	-	-	22
Digital Finance	12	2	-	-	-	-	-	-	14
Extrafruti	9	2	-	-	-	-	(2)	-	9
B2W Rental	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Freijó Administração e Participações	3	1	-	-	-	-	-	-	4
Skoboo	1	(4)	-	-	3	-	-	-	-
Bit Services	3	(27)	-	-	24	-	-	-	-
Outros	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Total de investimentos	1.943	(186)	513	(6)	534	(384)	(43)	-	2.371
Mesa - Express	(171)	2	-	-	-	-	-	-	(169)
Click - Rodó Entregas Ltda	(40)	(96)	-	-	-	-	(4)	-	(140)
Super Now	(1)	(60)	1	-	-	-	(2)	-	(62)
Klanil Services	(40)	-	-	3	-	-	-	-	(37)
Bit Services	-	-	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Skoboo	-	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
B2W Lux	(272)	457	-	-	(189)	-	4	-	-
JSM Global	(307)	585	-	-	(280)	-	2	-	-
QSM Distribuidora e Logística	(3)	41	-	-	(38)	-	-	-	-
Total de provisão para perdas em investimentos	(834)	929	1	3	(534)	-	(6)	6	(435)

(b) **Controladas:** Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do Grupo em 31 de dezembro de 2024: (i) **Ame Digital (controlada indireta).** A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. "Ame Digital", constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Expandiu suas operações como Credenciadora, gerando receita através de taxas pagas por estabelecimentos comerciais. Também, ofereceu cartões pré-pagos e de crédito em parceria com emissores locais. Adicionalmente, atuou com *hub* de empréstimos, principalmente em parceria com instituições financeiras e plataformas de crédito, gerando receita através de comissionamento. Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. conforme detalhado na nota 30. (ii) **B2W Digital Lux S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial (controlada direta).** Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos, pela controlada, de dívida no exterior (Bonds) foram liquidados, no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial. (iii) **JSM Global S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial (controlada direta).** Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos, pela controlada, de dívida no exterior (Bonds) foram liquidados, no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial. (iv) **Unico S.A. (controlada direta).** O Grupo Unico S.A., do qual 70% do capital social foi adquirido em julho de 2021, atua em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands. Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Unico S.A., por meio do pagamento de R\$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, pelo exercício pela Companhia da opção de compra existente no contrato de compra e venda assinado em 2021. (v) **Americanas Local S.A. - anteriormente denominada Ven Conveniência (controlada direta).** A Americanas Local, anteriormente denominada como Ven Conveniência, foi formada em 31 de janeiro de 2022 para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo através das redes de lojas Local. No contexto da Recuperação Judicial, a Americanas e a Vibra Energia S.A. encerraram sua parceria em 30 de novembro de 2023, conforme estipulado no Termo de Encerramento de Parceria assinado em 23 de agosto de 2023. Como resultado do encerramento, a Vibra realizou o pagamento à Americanas no valor de R\$192, e a Companhia alterou a sua razão social de Ven Conveniência S.A., para Americanas Local S.A. (c) **Informações sobre investimentos**

	31 de dezembro de 2024					
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A.	100	22	2	203	21	(10)
Submarino Finance	100	95	(1)	12	96	5
ST Importações	100	234	58	39	176	33
BIT Services	100	21	50	210	(29)	(5)
Digital Finance	100	19	1	4	18	-
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	2	174	140	(172)	(3)
Supernow	100	15	71	38	(56)	6
B2W Digital Lux	100	24	26	-	(2)	(459)
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	23	2	30	21	(1)
JMSM	100	-	-	-	-	(2)
JSM Global	100	26	27	-	(1)	(587)
Louise Holdings	100	76	-	684	76	(16)
Klanil Services	100	9	66	90	(57)	(10)
Unico S.A.	100	362	233	118	33	3
Skoboo	100	-	-	-	-	(2)
Ame Holding	100	519	17	1.890	502	33
Americanas Lux	100	-	1	-	(1)	(1)
Click - Rodó Entregas Ltda.	100	73	296	57	(223)	(83)
Controladas indiretas						
Ame Digital	100	562	22	2.561	540	29
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivery Couriers	100	-	1	-	(1)	-
Courriers Transportes	100	1	-	-	-	-
Eco Logística	100	-	6	74	(5)	-
BIT Capital	100	1	-	67	51	(67)
Cheyney Financial	100	-	67	51	-	(10)
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	3	7	36	(4)	(4)
Nexos do Brasil Gestão de Ativo	100	-	3	-	(3)	-
ST Global Sourcing H.	100	3	-	1	3	1
ST (Shenzhen)	100	-	-	-	-	-
Shipp do Brasil Tecnologia	100	1	34	21	(33)	(14)
Unico Comércio	100	155	99	172	56	21
Imaginarium Franchising	100	6	6	1	-	(1)
IMB Textil	100	160	93	30	67	37
Mone gestão de franquias e participações	100	45	15	11	30	30
Parati	100	89	74	10	15	2
Unico Hong Kong	100	-	-	20	-	(5)
Colligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	115	71	14	44	21

	31 de dezembro de 2023					
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A.	100	96	67	203	29	(170)
Submarino Finance	100	95	4	12	91	6
ST Importações	100	245	137	4	108	6
QSM Distribuidora e Logística	100	38	-	5	38	41
BIT Services	100	40	64	210	(24)	(27)
Digital Finance	100	15	1	14	2	2
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	5	174	140	(169)	2
Supernow	100	20	82	38	(62)	(60)
B2W Digital Lux	100	3.581	3.392	-	189	457
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	5
BWU Comércio e Entretenimento	100	24	2	30	22	(23)
Freijó Administração e Participações	100	4	-	4	1	-
JMSM	100	2	-	-	-	-
JSM Global	100	3.863	3.583	-	280	586
Louise Holdings	100	72	-	535	72	-
Klanil Services	100	14	51	70	(37)	-
Unico S.A.	70	371	276	118	95	39
Skoboo	100	-	3	-	(3)	(4)
Ame Holding	100	1.942	701	1.890	1.241	(52)
Americanas Lux	100	-	-	-	-	-
Click - Rodó Entregas Ltda.	100	189	329	57	(140)	(96)
Controladas indiretas						
Ame Digital	100	1.939	700	2.561	1.239	20
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivery Couriers	100	-	1	-	(1)	-
Courriers Transportes	100	1	-	-	-	-
Eco Logística	100	-	6	74	(5)	-
BIT Capital	100	3	13	74	(10)	(5)
Cheyney Financial	100	8	53	40	(45)	-
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	4	20	36	(16)	7
Nexos do Brasil Gestão de Ativo	100	1	3	-	(2)	(1)
ST Global Sourcing H.	100	3	1	1	2	(1)
ST (Shenzhen)	100	-	-	-	-	-
Shipp do Brasil Tecnologia	100	6	34	21	(28)	(31)
Unico Comércio	100	156	122	172	34	1
Imaginarium Franchising	100	12	11	1	1	-
IMB Textil	100	149	89	30	60	27
Mone gestão de franquias e participações	100	40	18	11	22	24
Parati	100	65	53	9	12	1
Unico Hong Kong	100	4	7	14	(3)	(2)
Colligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	119	101	14	18	20

14. **IMOBILIZADO**

Custo histórico e depreciação acumulada:

	Controladora 31/12/2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	949	(701)	(15)	240
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.152	(1.489)	(306)	357
Benefícios em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.991	(1.723)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	7	(6)	-	1
Outros	10%	31	6	-	37
Total		6.373	(3.985)	(372)	2.016

	Controladora 31/12/2023				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	949	(651)	(28)	270
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.109	(1.412)	(310)	387
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	3.118	(1.603)	(47)	1.468
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	7	(6)	-	1
Outros	10%	57	(29)	-	28
Total		6.474	(3.769)	(391)	2.314

	Controladora 31/12/2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	973	(710)	(15)	248
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.211	(1.521)	(306)	384
Benefícios em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.981	(1.717)	(45)	1.219
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	32	(31)	-	1
Outros	10%	60	(25)	-	35
Total		6.493	(4.076)	(372)	2.045

	Controladora 31/12/2023				
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Impairment	Total
Terenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	969	(660)	(28)	281
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.205	(1.474)	(310)	421
Benefícios em imóveis de terceiros	10%	3.142	(1.613)	(47)	1.482
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	12	(11)	-	1
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		6.650	(3.878)	(391)	2.381

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados, por unidade geradora de caixa, para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao valor recuperável. A menor unidade geradora de caixa determinada pelo Grupo para avaliar a recuperabilidade dos ativos tangíveis correspondem ao varejo físico: ao varejo digital; varejo premium e fresh foods. Para a UGC do varejo digital identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, e evidências de que uma parcela de seus ativos imobilizados utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional em 31 de dezembro de 2024 registrando a provisão para perda (impairment). Em contrapartida para UGC do varejo físico a Administração identificou fluxo de caixa futuro para reversão dos ativos imobilizados que continuam provisão para redução ao valor recuperável em anos anteriores. A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R\$ 123 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2023). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais. A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Controladora 31/12/2024				
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação (Provisão) / Reversão de impairment	Saldo em 31/12/2024

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional.....	-	8.579	66	8.748
Em moeda estrangeira.....	-	237	-	7.141
Total	-	8.816	66	15.889
Parcela do circulante.....	-	8.816	49	15.889
Parcela do não circulante.....	-	-	17	-

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.816	9.366	15.889	17.386
Captação.....	-	-	-	300
Amortização de principal.....	-	(1.614)	(28)	(2.605)
Pagamento de juros.....	-	(118)	(8)	(130)
Mensuração do valor justo.....	-	-	-	(317)
Encargos financeiros.....	546	1.144	618	1.481
Varição cambial.....	44	-	1.148	(27)
Custo com captações.....	18	38	90	49
Reestruturação da dívida (i).....	(9.242)	-	(17.643)	-
Saldo final em 31 de dezembro (ii)	-	8.816	66	15.889

(i) Dando continuidade à execução do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia liquidou suas dívidas financeiras no 3º trimestre de 2024. O detalhe das movimentações dos credores financeiros está apresentado na nota 11.

(ii) O saldo restante no consolidado refere-se ao empréstimo da Unico, que não faz parte do Plano de Recuperação Judicial.

(c) Garantias de contratos de empréstimos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cartas de fiança.....	-	1.217
Total	-	1.217

20. DEBÊNTURES

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
14ª Emissão – Lame A4.....	-	593	-	593
15ª Emissão – Lame A5.....	-	589	-	589
16ª Emissão – Lame A6.....	-	4.124	-	392
17ª Emissão pública.....	-	4.126	-	545
17ª Emissão – Lame A7.....	-	2.501	-	2.501
18ª Emissão – Lame A8.....	-	1.170	-	1.170
19ª Emissão – DIP (1ª franche).....	-	1.150	-	1.150
19ª Emissão – DIP (2ª franche).....	-	517	-	517
22ª Emissão – Amer (i).....	1.716	-	1.716	-
2ª Emissão – Hortifrutti.....	-	225	-	225
Custo com captações (IOF e outras).....	-	(120)	-	(48)
Total	1.716	15.005	1.716	7.634
Parcela do circulante.....	-	15.005	-	7.634
Parcela do não circulante.....	1.716	-	1.716	-

(i) Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, pública, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com vencimentos entre 2028 e 2029. O valor total da emissão foi de R\$ 1.638, realizadas em três séries, sendo a primeira e segunda séries com juros de 128% do CDI e a terceira série com variação cambial, acrescida de 8,35% de juros ao ano. A escritura da 22ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas usuais para este tipo de emissão, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida, conforme detalhado na escritura pública destas debêntures; entretanto, não existem cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros nestas debêntures.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	15.005	11.658	7.634	5.363
Captação.....	3.502	1.503	3.502	1.503
Amortização de principal.....	(24)	(209)	(24)	(209)
Pagamento de juros.....	(2)	(16)	(2)	(16)
Mensuração do valor justo.....	-	(472)	-	(472)
Encargos financeiros.....	1.093	2.518	619	1.452
Custo com captações.....	10	23	10	13
Reestruturação da dívida (i).....	(17.868)	-	(10.023)	-
Saldo final em 31 de dezembro	1.716	15.005	1.716	7.634

(i) Dando continuidade na execução do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia procedeu a reestruturação da sua dívida financeira no 3º trimestre de 2024. O detalhe das movimentações dos credores financeiros está apresentado na nota 11.

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	585	686	602	694
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).....	163	613	164	614
Imposto sobre Serviços (ISS).....	11	13	13	21
PIS e COFINS.....	-	8	2	14
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	3	5	5	7
Outros.....	14	6	24	8
Total	786	1.331	810	1.358
Parcela do circulante.....	631	1.328	647	1.355
Parcela do não circulante.....	155	3	163	3

22. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS, CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e advogados externos. A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produziu a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso. Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais. Em função da Recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto o saldo será refletido todo no longo prazo. (a) **Depósitos judiciais:** Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais.....	577	576	580	583
Trabalhistas.....	69	15	74	15
Cíveis.....	82	29	83	29
Imobiliário.....	26	3	25	3
Total	754	623	762	630

Movimentação dos depósitos judiciais:

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	576	15	29	3	623
Adições.....	16	53	58	26	153
Atualizações/Reversões.....	(15)	4	(5)	(3)	(19)
Pagamentos.....	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	577	69	82	26	754

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	471	25	29	-	525
Adições.....	57	1	16	2	76
Atualizações/Reversões.....	(82)	(11)	(28)	1	(120)
Pagamentos.....	130	-	12	-	142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	576	15	29	3	623

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	583	15	29	3	630
Adições.....	16	58	58	25	157
Atualizações/Reversões.....	(19)	4	(4)	(3)	(22)
Pagamentos.....	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	580	74	83	25	762

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	477	26	47	-	550
Adições.....	64	1	16	2	83
Atualizações/Reversões.....	(88)	(12)	(46)	-	(146)
Pagamentos.....	130	-	12	1	143
Saldos em 31 de dezembro de 2023	583	15	29	3	630

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais.....	754	1.072	789	1.133
Cíveis.....	47	23	48	23
Trabalhistas.....	214	242	244	266
Imobiliário.....	218	249	218	249
Total	1.233	1.576	1.259	1.671
Parcela do circulante.....	-	57	-	57
Parcela do não circulante.....	1.233	1.519	1.259	1.614

A movimentação das provisões no exercício é como segue:

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.072	232	23	249	1.576
Adições.....	157	211	66	135	569
Atualizações/Reversões.....	(435)	(71)	(8)	(141)	(655)
Pagamentos.....	(40)	(158)	(34)	(25)	(257)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	754	214	47	218	1.233

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.084	217	48	433	1.782
Adições.....	33	97	16	130	276
Atualizações/Reversões.....	11	(55)	(15)	(310)	(369)
Pagamentos.....	(59)	(27)	(25)	(4)	(115)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.072	232	23	249	1.576

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.133	266	23	249	1.671
Adições.....	158	219	69	136	582
Atualizações/Reversões.....	(462)	(77)	(8)	(141)	(688)
Pagamentos.....	(40)	(164)	(36)	(26)	(266)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	789	244	48	218	1.299

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.225	266	48	435	1.974
Adições.....	67	188	32	131	418
Atualizações/Reversões.....	(104)	(157)	(30)	(312)	(603)
Pagamentos.....	(55)	(31)	(27)	(5)	(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.133	266	23	249	1.671

Fiscais: Os principais processos fiscais do Grupo estão representados por processos decorrentes: (i) de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial; (ii) da exigência de imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica, decorrente da insubserviência do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ; (iii) do recolhimento a menor de ICMS-ST em desacordo com o previsto no Regime Especial estabelecido entre a Companhia e o Estado de MG; (iv) não homologação de compensação de créditos de PIS e COFINS dos anos de 2000 e 2001, em razão de inconsistências nas DCTF dos períodos. **Trabalhistas:** A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros. **Cíveis:** A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores. **Imobiliário:** A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis. (c) **Passivos contingentes não provisionados:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante de R\$ 9.421 (R\$ 11.418 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$ 9.803 no consolidado (R\$ 11.903 em 31 de dezembro de 2023). Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como "perdas possíveis", sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Data base 31 de dezembro de 2024

Glossa ou contestação de crédito tributário

Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica..... 434

Exigência de ICMS

Relativa à diferença, apurada erroneamente pelo Fisco, entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário..... 103

Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos Centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente..... 65

Substituição tributária em virtude de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual..... 71

Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976

Autos de Infrção lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação..... 2.580

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Exigência de imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de despesas consideradas como não comprovadas, pela suposta falta de adição do ágio amortizado na base de cálculo da CSLL, pela ausência de adição do custo ou despesa indevidável na base de cálculo da CSLL, bem como pela falta de adição das provisões não dedutíveis na base de cálculo da CSLL..... 48

Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não é válido e certo..... 193

Exigência de imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da insubserviência do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ..... 99

PIS e COFINS

Glossa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS..... 1.415

(d) Requerimento de Instauração de Arbitragem: Em janeiro de 2023, foi instaurada arbitragem por uma associação em conjunto com supostos acionistas da Americanas com valor da causa de R\$ 500. Ainda, em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de nova arbitragem iniciada pela associação com o valor da causa de R\$ 32.000, sendo que os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência (e atuais acionistas controladores) indenização no valor de R\$ 12.000. Em paralelo, os requerentes também pedem, na qualidade de substitutos processuais da Americanas, indenização em favor da própria Companhia no valor de R\$ 20.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizar a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. O Tribunal Arbitral está constituído no primeiro caso e no segundo encontra-se aguardando a constituição. Os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos, porém a chance de perda atual é considerada, no mérito, como possível. (e) **Ações Cíveis Públicas:** Duas ações cíveis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelos Instituto Brasileiro de Cidadania – IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo – IPOGE, onde incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga Gestão. As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. A prognóstico de perda para ambas é possível.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 39.918 (R\$ 15.457 em 31 de dezembro de 2023), representado por 200.244.252 ações ordinárias (902.529.503 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), antes do grupamento de ações ocorrido em julho de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal. A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações de 100 ações para 1 ação, a partir do dia 26 de agosto de 2024. Adicionalmente, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado, que passou a ser de 435.084.497 ações ordinárias. Além disso, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2023). Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%</		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (“Americanas” ou “Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, II e VII da Lei nº 6.404/76, analisaram o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, emitido nesta data sem ressalvas, bem como do relatório do Comitê de Auditoria. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Diretoria e o Conselho de Administração, assim como com o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras. Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalvas emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2025, às 11:00 horas.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Elias de Matos Brito

Raphael Manhães Martins

Ricardo Szalco

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.
Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.
Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

RELATÓRIO RESUMIDO DOS TRABALHOS DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO 2024

1. INTRODUÇÃO: De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (respectivamente “Comitê” e “Companhia”), disponível em <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estato-codigos-e-politicas/>, compete ao Comitê: i. opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; ii. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; iii. acompanhar atividades de auditoria interna e controles internos da Companhia; iv. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; v. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; vi. possuir direito para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia; e vii. assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e de compliance. As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, das áreas de Governança, Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos e dos responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Representantes da Diretoria de Governança, Compliance, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia são convidados permanentes das reuniões do Comitê (“Reuniões”), a fim de contribuírem com o exame e discussão das matérias de sua competência e o exercício das suas funções, participando o CEO e CFO de pautas específicas. O Comitê é composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo	Início do Término do 1º		
		Mandato	Mandato	Mandato
Vanessa Claro Lopes	Coordenadora do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração	12/09/2024	05/09/2026	10/06/2021
Carla Alessandra Trematore	Membro Independente do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024
Rodrigo Carneiro da Cunha Torres	Membro Independente e Especialista em Finanças do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024

2. ATIVIDADES DO COMITÊ: Os trabalhos do Comitê de Auditoria para o exercício de 2024 compreendem o período de 01 de janeiro de 2024 a 24 de março de 2025. Durante este período o Comitê realizou 10 reuniões ordinárias (“RO”), quando foram avaliados e analisados os temas de competência do Comitê, dentre os quais destacamos os relacionados a seguir. Adicionalmente às Reuniões, ao longo do período em referência, foram realizadas solicitações pelos membros do Comitê às áreas da Companhia, encaminhamento de questões, esclarecimentos, aprimoramento de recomendações e discussões técnicas, inclusive, com assessores externos, de aspectos específicos pertinentes às matérias de competência do Comitê. **2.1 Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos:** Durante as reuniões ordinárias realizadas no período de referência, e também em reuniões extraordinárias apenas com a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, o Comitê avaliou aspectos relativos a revisão e atualização da metodologia para mapeamento e monitoramento dos riscos da Companhia, assim como a aplicação desta nova metodologia para atualização do Mapa Anual de Riscos das Americanas. Em 2024 foi providenciada a renovação dos responsáveis pela área de Gestão de Riscos e Controles da Companhia, propiciando a maturação do processo de gestão de riscos e do mapa de riscos de Americanas, principalmente na automatização e padronização da etapa de coleta de dados junto aos entrevistados, revisão das políticas internas da Companhia, maior detalhamento nas premissas quantitativas e qualitativas de avaliação e mensuração do risco e harmonização das regras de relevância x impacto junto às demais áreas do ambiente de governança, em especial Auditoria Interna e Compliance. A Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos também envolveu os auditores independentes e assessores externos em diversas etapas do trabalho, a fim de coletar opiniões e sugestões para todo o processo de atualização de políticas e revisão da metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de assegurar uma melhor equalização dos pontos de atenção constantes na Carta de Controles Internos (“COCI”) emitida pelos Auditores Independentes e os planos de ação desenhados pela Diretoria para mitigação dos riscos apurados. As equipes responsáveis pelos trabalhos de revisão e monitoramento dos controles internos da Companhia são convidados permanentes das reuniões do Comitê de Auditoria, atualizando recorrentemente os membros do Comitê sobre o andamento dos seus trabalhos. O Comitê, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia. **2.2 Auditoria Interna e Canal de Denúncias:** Em 2024 foi providenciada a renovação do responsável pela área de Auditoria Interna da Companhia, o qual se reporta funcionalmente ao Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela área ao longo de 2024, que teve o foco de (i) auxiliar no mapeamento das principais fragilidades de controle da Companhia; (ii) apoiar a Diretoria no âmbito das investigações decorrentes do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023; (iii) auxiliar nas interações com o Comitê Independente, Auditores Externos, Escritórios de Advocacia, Reguladores e Autoridades para disponibilização de bases de dados e esclarecimentos sobre o ambiente de controles internos; (iv) análise dos processos para fechamento das Demonstrações Financeiras de 2023 e 2024, em especial, sob a ótica de processos por ventura relacionados às investigações em curso, bem como provendo informações estruturadas e fundamentadas aos auditores independentes sobre as análises realizadas (shadow investigation). Além disso, o Comitê de Auditoria avaliou o Plano de Trabalho proposto pela área para 2024 e 2025, tendo também revisado a nova metodologia para mapeamento dos trabalhos prioritários e ciclos de auditoria propostos pela área. Durante o ano foram realizadas sessões executivas entre os membros do Comitê de Auditoria e a Diretoria de Auditoria Interna para revisão e acompanhamento das novas práticas de auditoria, apreciação dos relatórios emitidos pela área, assim como para revisão da régua de riscos utilizada para mensuração do impacto dos seus relatórios, tendo sido providenciada a harmonização das regras junto a área de Gestão de Riscos e Controles Internos. Não chegou ao conhecimento do Comitê situações que pudessem afetar a independência ou autonomia dos auditores internos, tendo sido confirmado pela área o pleno atendimento das Diretrizes aos trabalhos conduzidos ao longo do ano. O Regimento da Auditoria Interna foi revisado e atualizado em 2024 para se adequar as novas normas do *Institute of Internal Auditors*. Além disso, outros processos foram atualizados de forma a refletir as melhores práticas de mercado:

(i) planejamento anual; (ii) rotação de ênfase e cobertura da Auditoria Interna; (iii) fluxo de apuração e encaminhamento de denúncias; (iv) modelo de relatório e (v) Comissão de Ética. O Canal de Denúncias da Companhia está sob responsabilidade da Diretoria de Auditoria, com apoio de assessor independente para recebimento e classificação das denúncias. As investigações são conduzidas pela própria área e, quando necessário, diretamente pelos assessores independentes, os quais estão orientados a comunicar os órgãos de governança sempre que surgirem denúncias classificadas com alto risco para a Companhia. O *backlog* de denúncias e a tempestividade para as apurações apresentam nível adequado de gestão na opinião do Comitê de Auditoria, sendo os auditores independentes e autoridades envolvidos, sempre que necessário, para ciência e acompanhamento das investigações decorrentes de denúncias que possam representar risco material para a Companhia ou estarem relacionadas ao Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023. O Canal visa assegurar o anonimato dos denunciantes que optarem por este modelo e seguem as melhores práticas de mercado de não retaliar, temas abordados pelo Pacto Global e também pelo Pro-Ética. Além disso, são utilizadas modernas técnicas de apuração de fraudes e a condução de entrevistas que prioriza o respeito e a empatia pelos associados. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, inclusive para gestão do Canal de Denúncias, com o recebimento tempestivo dos relatórios da Auditoria e investigações. Os resultados desses trabalhos, apresentados ao longo do exercício, não trouxeram conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a Companhia, tendo sido providenciado pela área, junto a Diretoria, os respectivos planos de ação para mitigação dos riscos classificados com maior impacto, cuja implementação vem sendo acompanhada pelo Comitê de Auditoria. **2.3 Compliance:** Em 2024 a área de Compliance teve sua gestão renovada, com foco na simplificação dos processos da área, revisão e atualização das melhores práticas de mercado para revisão das políticas da Companhia, reforço dos treinamentos internos e também de terceiros e apoio das Diretorias para revisão do escopo dos trabalhos de *due diligence*. A área de Compliance é convidada permanente das reuniões do Comitê de Auditoria e vem reforçando seus indicadores de performance para monitoramento do Comitê, em especial aqueles que envolvem o treinamento tempestivo e abrangente dos colaboradores, as ferramentas para as comunicações internas e o alcance dos comunicados, as ferramentas para validação da ciência e entendimento dos colaboradores, as cláusulas contratuais junto a terceiros, as políticas da Companhia e os processos de *due diligence*. **2.4 Auditoria Independente:** Ao longo do período de referência foram realizadas 7 (sete) reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria com a participação da Auditoria Externa, retratando a regular comunicação do Comitê com os Auditores Independentes e permitindo a avaliação dos seus trabalhos e atualização tempestiva do Comitê sobre preocupações materiais dos auditores ou temas que representem eventual dificuldade para condução e realização de seus trabalhos. A pauta anual do Comitê de Auditoria assegura a presença fixa da Auditoria Externa nas reuniões trimestrais de reunião de ITRs e DFs; além de participação em pautas específicas para temas técnicos ou considerados de maior relevância/risco/complexidade, permitindo ampla discussão sobre seu plano de trabalho e dos resultados de seus exames, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos atuais auditores independentes. O Comitê acompanha junto a área de Gestão de Riscos e Controles Internos a carta de controles internos emitida pelos auditores independentes e os respectivos planos de mitigação acordados junto a Diretoria. Da mesma forma, todas as denúncias materiais que possam afetar as demonstrações financeiras, de forma quantitativa ou qualitativa, são compartilhadas tempestivamente pela Auditoria Interna com os Auditores Independentes para avaliação dos procedimentos de investigação, acompanhamento e complemento, se necessário. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente para revisão das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, não tendo tomado ciência de qualquer evento que pudesse afetar a independência da firma ou equipes da Auditoria Externa que atendem a Companhia, assim como não tendo sido comunicado pelos auditores sobre eventuais dificuldades para condução dos seus trabalhos ou divergências de entendimento junto as Diretorias e Alta Administração. **3. RECOMENDAÇÕES:** As análises e recomendações do Comitê são realizadas com base nos materiais e apresentações compartilhadas pelas Diretorias, Auditores Independentes, áreas de governança, canal de denúncias e especialistas contratados, e são registradas no portal de governança da Companhia para acompanhamento dos membros do Conselho de Administração. Temas materiais são levados tempestivamente ao conhecimento do Conselho de Administração, ou através dos *reports* periódicos feitos ao órgão. Ao longo do período em referência, o Comitê reportou o andamento de seus trabalhos ao Conselho de Administração, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas. **4. CONCLUSÕES:** O Comitê não teve ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Sendo assim, o Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades previstas em seu Regimento Interno, avaliou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nas reuniões realizadas, nos trabalhos e avaliações conduzidos, nas informações apresentadas pelos auditores independentes BDO e nas discussões e esclarecimentos fornecidos pela Administração da Companhia, o Comitê recomenda a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Vanessa Claro Lopes

Presidente

Carla Alessandra Trematore

Rodrigo Carneiro da Cunha Torres

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Americanas S.A. – Em recuperação judicial Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Americanas S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Americanas S.A. – Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com o princípio ético relevante previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”) ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Além a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) Aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extracurricular na modalidade *Debtor-In-Possession (“DIP”)* e de créditos detidos por credores; (ii) Pagamento integral dos credores listados na Classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mi ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mi e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. Em 26 de julho de 2024, a Companhia concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II com a compra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debântures. Em setembro de 2024, a Companhia emitiu debântures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, destinada, exclusivamente, aos credores da Companhia, nos termos do Plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional e os impactos da homologação do plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 01, 23 e 28, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízo acumulado no montante de R\$ 34.854 milhões (Controladora e Consolidado). O Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e suas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) teve reconhecido, portanto, tendo os efeitos legais atendidos e obrigando a Companhia, tanto quanto todos os credores a ele sujeitos, ao seu cumprimento a partir da sua publicação nos termos da Lei nº 11.101/2005. O Plano muda substancialmente os termos dos passivos da Companhia e suas controladas a partir da publicação da sua homologação, em especial dos passivos financeiros com instituições financeiras e *“bondholders”*. Como resultado da homologação do Plano, os efeitos de novação da dívida financeira e dos demais passivos (*“hair cut”*) assim como de reconhecimento dos ajustes a valor presente da dívida de longo prazo, conforme previsto no Plano, foram reconhecidos em 2024, com o impacto de R\$ 12.689 milhões (consolidado) no resultado do exercício.

Considerando a complexidade relacionada à aplicação da Lei nº 11.101/2005 e das especificidades do Plano em relação a mensuração e divulgação dos seus efeitos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, bem como os aspectos de cumprimento do Plano nos eventos subsequentes, como fator primordial de avaliação de sua continuidade operacional, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação do Plano, seus efeitos legais e subsequente publicação;
- Análise da mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano;
- Verificação e obtenção de evidência da existência de eventos subsequentes até a aprovação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que demonstrem a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando os aspectos de cumprimento do Plano, desempenho relativo versus o orçado, cumprimento de obrigações de curto prazo, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem a mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investigação independente e de autoridades públicas e aspectos de governança

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em decorrência de diversos fatos relacionados a inconsistências em lançamentos contábeis divulgados pela Companhia, desde 11 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências (“Comitê Independente”). O Comitê Independente tinha, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com a governança, ex-executivos e profissionais da Companhia. O relatório final da investigação foi emitido em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na Rubrica “Formecedores”, por meio de contratos fictícios de Verbas de Propaganda Cooperada (VPC) e por operações financeiras concebidas como “Risco Sacado”, dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diante de: (i) Deficiências significativas nos controles internos da Companhia à época; (ii) Do fato de a sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“B3”) no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo; (iii) Encontrar em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos; e (iv) Em 27 de junho de 2024, ter sido deflagrada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos, cujas informações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo; esse assunto foi considerado na auditoria como um assunto de risco e significativo, devido às incertezas inerentes quanto aos resultados da investigação independente, da investigação das autoridades públicas, que, poderiam impactar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas forenses no acompanhamento e na avaliação das principais ações investigatórias presentes no plano de trabalho determinado pelo Comitê Independente quanto à avaliação do escopo e abrangência da investigação, a avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, e a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes e na avaliação quanto à necessidade de execução de procedimentos adicionais e acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, bem como, entendimento das políticas de compliance da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação a atuação sobre as deficiências significativas nos controles internos, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- Realização de reuniões com a Administração e assessores jurídicos, interno e externo, com foco no entendimento de diretrizes adotadas frente aos aspectos do resultado da investigação independente e relacionados a deflagração da Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolveu a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos;
- Obtenção de representações da Administração da Companhia e indagações a Governança a respeito da inexistência de novos fatos sobre a investigação independente;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, consideramos que a metodologia e diretrizes utilizadas na investigação independente foram adequadas, bem como, as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Aspectos de ambiente de tecnologia

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 2,3, 2.21 e 2.22, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas tem suas transações mercantis, altamente dependentes do funcionamento efetivo da estrutura de tecnologia e seus sistemas, conjugado com a dispersão geográfica, bem como, pelo fato de terem ocorrido deficiências significativas no ambiente de tecnologia, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) implementados pela Companhia, para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, a atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência;
- Avaliação de procedimentos de extração dos relatórios que suportam as informações contábeis, que são utilizados na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que existe a necessidade de aprimoramentos no ambiente de tecnologia que foram comunicados a Administração e a Governança. Considerando esses aspectos, entendemos os procedimentos de auditoria sobre as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

Tributos a recuperar

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem os montantes de impostos a recuperar de R\$ 4.075 milhões (Controladora) e de R\$ 4.181 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2024. A Companhia possui, dentre outros, créditos tributários oriundos de registros extemporâneos relativos ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado em tribunais regionais, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa, uma vez que os principais temas já foram decididos pelos tribunais superiores. A Companhia avaliou a recuperabilidade desses saldos com base em projeções prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, bem como os aspectos de relevância e complexidade existente no âmbito tributário, para a determinação de reconhecimento de créditos fiscais.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos tributos a recuperar;
- Entendimento e avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções futuras, devidamente elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração;
- Análise das bases e registros de créditos fiscais com envolvimento dos nossos especialistas tributários, bem como análise dos procedimentos existentes de formação de bases de apuração de tributos a recuperar;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis a metodologia e as premissas utilizadas para demonstrar a recuperabilidade dos saldos de créditos tributários, bem como, os julgamentos utilizados pela Companhia. Possuem procedimentos de apuração de tributos a recuperar adequados. As divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos não monetários, incluindo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 14 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 2.016 milhões e R\$ 531 milhões (Controladora) e de R\$ 2.045 milhões e R\$ 743 milhões (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. Os bens integrantes do intangível de vida útil definida são compostos significativamente por gastos com desenvolvimento de websites e sistemas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como, bens integrantes do ativo imobilizado, principalmente relacionados a investimentos e beneficiários em lojas, outros intangíveis de vida útil definida e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em aquisição de investimentos, que é testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam e foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela Administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções, no qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem afetar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e de suas controladas, bem como a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos;
- Avaliação quanto à incertezas internos ou externos que pudessem trazer evidências da desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia;
- Desafo das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, margem e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contingências fiscais, trabalhistas, imobiliárias e civis

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem o montante de provisão de R\$ 1.233 milhões (Controladora) e de R\$ 1.299 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, imobiliário e civil, oriundos no curso normal dos negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia e suas controladas, pois dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da Administração e análise técnica jurídica e legal por especialistas. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências, também podem trazer alterações nas estimativas da Administração. Por essa razão, consideramos como um assunto de atenção em relação aos trabalhos de auditoria.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes;
- Obtenção da confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, contemplando os prognósticos de perda, bem como, as informações relacionadas a mensuração dos montantes estimados como parte possível e provável;
- Para determinadas causas de natureza tributária, avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronos das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências, com o apoio dos nossos especialistas tributários;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e julgamentos utilizados pela Companhia e suas controladas para determinação das provisões, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.